

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL PARA AS ORGANIZAÇÕES

EVANDRO DAMIÃO FRANCISCO RODRIGUES¹

JOSÉ EDUARDO DO COUTO BARBOSA²

JOSÉ LUIS LOPES³

PÂMELLA DUARTE DOS SANTOS⁴

RESUMO

A globalização da economia e a conscientização da sociedade estão forçando, atualmente, as empresas a adotarem uma postura responsável perante o meio ambiente, isto é, produzir sem agressão à natureza. Desta forma, a gestão ambiental vem ganhando cada vez mais notoriedade dentro das organizações, uma vez que, além de mitigar o impacto causado ao meio ambiente pelas atividades desenvolvidas pelas organizações, proporciona a estas vantagem competitiva frente a seus concorrentes. Neste contexto a contabilidade ambiental é uma importante ferramenta para as empresas, uma vez que, demonstra os bens, direitos e obrigações ambientais da entidade, demonstrando de modo transparente o grau de responsabilidade socioambiental das organizações e fornecendo informações tempestivas para que os usuarios internos e externos possam utilizar durante o processo de tomada de decisão.

Palavras-chave: Vantagem Competitiva; Gestão Ambiental; Contabilidade Ambiental.

¹ Graduado em Administração e Ciências Contábeis. E-mail: evandro_rodrigues01@hotmail.com

² Mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema. E-mail: joseduardoo@yahoo.com.br

³ Doutorando em Administração de Empresas pelo Mackenzie -SP - Universidade Presbiteriana Mackenzie; Mestre em Ciências Contábeis pela PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009); Especialista em Controladoria e Gestão de Finanças pela UNIBAN - Universidade Bandeirante de São Paulo (2005); Bacharel em Ciências Contábeis pela USF - Universidade São Francisco (1996). Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema. E-mail: joseluiscontador@hotmail.com

⁴ Graduação em Engenharia Hídrica pela Universidade Federal de Itajubá (2005), Mestrado em Engenharia da Energia pela Universidade Federal de Itajubá (2009). Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema. E-mail: pamella.santos@faex.edu.br

THE IMPORTANCE OF ENVIRONMENTAL ACCOUNTING FOR ORGANIZATIONS

ABSTRACT

The globalization of the economy and the awareness of society are currently forcing companies to adopt a responsible attitude towards the environment, that is, to produce without aggression to nature. In this way, environmental management is gaining more and more notoriety within organizations, since, in addition to mitigating the impact caused to the environment by the activities developed by organizations, it provides these companies with a competitive advantage over their competitors. In this context, environmental accounting is an important tool for companies, since it demonstrates the entity's environmental assets, rights and obligations, transparently demonstrating the degree of socioenvironmental responsibility of organizations and providing timely information for internal and external users. can use during the decision-making process.

Keywords: Environment; Management; Environmental Accounting.

1. INTRODUÇÃO

A preservação do meio ambiente é um tema de suma importância para a humanidade uma vez que, é da natureza que o homem tira seu sustento, ou seja, todos os itens necessários para assegurar sua sobrevivência. Contudo, cabe ressaltar que, tais recursos são escassos e, se utilizados de modo inconsequente, podem vir a se esgotar, prejudicando a sobrevivência, não apenas do ser humano, mas de todos os outros seres vivos existentes.

Com o advento da revolução industrial, houve um aumento populacional aliado a um crescimento da população urbana e das atividades industriais, o que consequentemente acabou prejudicando o meio ambiente uma vez que, a sociedade da época não se preocupava com as questões ambientais, consumindo de modo excessivo os recursos naturais existentes.

Os primeiros a sofrer estes impactos ambientais foram os países desenvolvidos como, por exemplo, os Estados Unidos e a Inglaterra os quais, devido a alta atividade industrial, degradaram consideravelmente o meio ambiente. Posteriormente, os países emergentes enfrentaram tais impactos ambientais, com destaque para o Brasil onde, durante o governo Geisel tinha como slogan “Crescimento a Qualquer Preço”, mesmo que o preço a ser pago fosse uma elevação considerável da degradação do meio ambiente.

A partir da década de 70, surgiram os primeiros movimentos ambientais, onde as questões referentes a preservação ambiental passaram a ganhar notoriedade, passando a fazer parte de reuniões de cunho estratégico de algumas empresas, onde estas debatiam meios de desenvolver suas atividades de forma que estas causem o mínimo impacto ambiental possível.

Com a conscientização – embora tardia – da sociedade no que tange a preservação do meio ambiente, vem crescendo constantemente a pressão sobre os órgãos governamentais – os quais passaram a desenvolver leis mais rígidas no que concerne a preservação do meio ambiente – e, consequentemente, sobre as empresas, as quais passaram a ter de adotar uma postura responsável, que tenha por objetivo a preservação do meio ambiente.

Neste cenário, surge a contabilidade ambiental a qual diferentemente da contabilidade tradicional tem por objetivo demonstrar monetariamente os resultados proporcionados pelas ações de preservação e proteção ambiental realizadas pelas empresas de forma que estas possam possuir as informações necessárias para mitigar seus passivos ambientais.

Desta forma, o desenvolvimento deste artigo busca responder a seguinte questão “Qual o grau de desenvolvimento da contabilidade ambiental em empresas do sul de Minas Gerais e as principais vantagens e dificuldades encontradas na implantação da contabilidade ambiental?”

Como objetivo geral propõem-se a auferir o desenvolvimento da contabilidade ambiental nas empresas da região do sul de Minas Gerais, bem como demonstrar as vantagens proporcionadas pela adoção da contabilidade ambiental nestas organizações. Como objetivos específicos busca-se identificar os principais conceitos inerentes a contabilidade ambiental e identificar as principais normas práticas contábeis a serem observadas para a implantação de um sistema de gestão ambiental eficiente. Aliado a isto, propõem-se a implementar práticas de contabilidade ambiental em um escritório contábil, de forma que este possa proporcionar tais serviços a seus clientes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico serão abordados os conceitos relacionados a gestão ambiental e a contabilidade ambiental, bem como as principais normas – legais e contábeis – que norteiam o tema.

2.1 Gestão Ambiental

Para se compreender o significado de gestão ambiental deve-se, inicialmente, analisar de forma isolada o significado dos termos “gestão” e “meio ambiente”.

Gestão, conforme destacado por Stoner e Freeman (1999) está relacionado aos atos de planejar, organizar e controlar os recursos materiais e humanos de forma

que a organização possa atingir seus objetivos predeterminados. Já o termo meio ambiente, é definido como:

Conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege vida em todas as suas formas, bem como da expressão recursos ambientais, definida como a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. (WOLFF apud PEREIRA; ANTONIO, 2006, p. 34)

Sendo assim, entende -se como gestão ambiental o conjunto de ações e estratégias desenvolvidas pelas empresas que tenham por objetivo mitigar os impactos proporcionados pelas operações desenvolvidas pela organização sobre o meio ambiente, preservando a integridade do meio físico e biótico e dos grupos sociais que deles dependem.

Com a crescente conscientização da sociedade no que concerne a preocupação com o meio ambiente, vem se tornando cada vez mais importante que as organizações utilizem da gestão ambiental como forma de obter vantagem competitiva, uma vez que esta proporciona inúmeros benefícios econômicos e estratégicos conforme pode ser observado na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Benefícios econômicos e estratégicos da gestão ambiental

Benefícios Econômicos	Benefícios Estratégicos
Economias advindas da redução de consumo de água, energia e demais insumos	Melhoria das relações com os órgãos governamentais e a sociedade
Aumento na participação de mercado	Melhoria da imagem empresa
Aumento na contribuição marginal de produtos verdes	Acesso assegurado ao mercado externo
Incremento das receitas	Aumento da produtividade

Fonte: Adaptado de North (1992).

Além dos benefícios supracitados, Kinlaw (1997) destaca que existem pressões de cunho econômico e social para que as empresas implementem a gestão ambiental, dentre as quais pode-se destacar o cumprimento as legislações ambientais, as quais se encontram cada vez mais rigorosas; evitar multas e custos punitivos advindos do

não cumprimento das leis ambientais; pressão global para o desenvolvimento sustentável; investidores e acionistas se encontram cada vez mais conscientes no que tange ao posicionamento e desempenho ambiental das empresas; preferência dos consumidores em buscar por empresas e produtos “verdes” e aumento da concorrência vinda de empresas que fazem uso de práticas de desempenho ambiental sustentável.

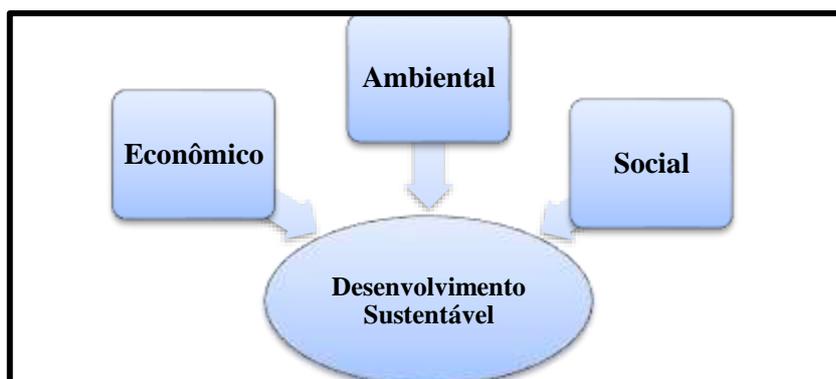
2.2 Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável data de meados de 1970, estando relacionado aos estudos sobre as mudanças climáticas desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) porém, tomou força em 1992, quando ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde foi assinada a Declaração do Rio – conhecida como ECO-92 - a qual tinha por objetivo desenvolver uma política de desenvolvimento econômico que levasse em consideração o aspecto ambiental.

Segundo Buarque (2002) entende-se por desenvolvimento sustentável “o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social”.

Em observância a definição do autor, fica claro que para que exista o desenvolvimento sustentável é necessária a harmonia entre quatro fatores sendo estes o desenvolvimento econômico; a preservação do meio ambiente; a qualidade de vida e o uso consciente dos recursos naturais, ou seja, devem ser observados três pilares: social, econômico e ambiental (Figura 1).

Figura 1 – Pilares do desenvolvimento sustentável



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Neste contexto, Donaire (2018) ressalta que o desenvolvimento sustentável deve, simultaneamente, contemplar ações voltadas para assegurar o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente e proporcionar uma melhora significativa na qualidade de vida da população. O autor ainda salienta que o desenvolvimento sustentável deve atender as necessidades presentes da sociedade mas, sem comprometer as perspectivas das gerações futuras.

No entendimento de Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000) existem cinco dimensões que devem ser observadas no que concerne ao desenvolvimento sustentável, conforme pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1 - As dimensões do desenvolvimento sustentável

Dimensões	Conceito
Sustentabilidade Social	Busca assegurar maior equidade na distribuição de renda e bens, de forma a reduzir a diferença existente entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres (SACHS, 1993).
Sustentabilidade Econômica	Gerenciamento eficiente dos recursos e de fluxo constante dos investimentos públicos e privados. Deve ser avaliada em termos macrossociais. (ANDRADE, TACHIZAWA e CARVALHO, 2000).
Sustentabilidade Ecológica	Caracteriza-se pela compreensão e respeito as dinâmicas do meio ambiente (RATTNER, 1999). Trata da limitação do uso de combustíveis fósseis e outros recursos privados.
Sustentabilidade Espacial	Está relacionada a organização do espaço e aos critérios de ocupação territorial de forma a recuperar a qualidade de vida, biodiversidade e a escala humana da região (SACHS, 1993)
Sustentabilidade Cultural	Trata da preservação e da promoção das tradições e dos valores regionais, bem como o acompanhamento de suas transformações (RATTNER, 1999).

Fonte: Adaptado de Sachs (1993), Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000) e Rattner (1999)

2.3 Responsabilidade Socio Ambiental

Entende-se por responsabilidade socio ambiental as práticas de gestão desenvolvidas pelas organizações que tem por objetivo assegurar a sustentabilidade organizacional, de forma que, por meio da aplicação destas práticas, as organizações possam estar colaborando com o desenvolvimento sustentável.

Conforme descrito na *International Organization for Standardization (ISO) 26000*, a responsabilidade socio ambiental é a responsabilidade que é atribuída a uma organização pelo impacto causado por suas decisões e atividades no meio ambiente e na sociedade (ISO ABNT NBR 26000: 2010).

Tomando por base este princípio, Ashley (2002, p.06) complementa destacando que a responsabilidade socio ambiental:

[é] o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente de modo amplo e a alguma comunidade de modo específico, atingindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas com ela.

Sendo assim, entende-se que a responsabilidade socio ambiental consiste em um conjunto de ações e diretrizes utilizadas pelas empresas de modo a proporcionar a melhoria contínua para a sociedade e o meio ambiente, melhorando a qualidade de vida e, utilizando de modo consciente os recursos naturais.

2.4 Contabilidade Ambiental

A contabilidade, conforme explanado por Franco (1999) é uma ciência social que tem por objetivo analisar as variações e as mutações ocorridas no patrimônio das entidades, de forma a fornecer informações quanto a natureza econômica, financeira, produtiva e social, que possam ser utilizadas pelos usuários internos e externos para a tomada de decisões gerenciais e econômicas mais eficazes.

Tomando por base a definição de contabilidade, compreende-se que a contabilidade ambiental é uma variante da ciência contábil possuindo, desta forma, os mesmos pressupostos da contabilidade tradicional, ou seja, possui ativos, passivos, custos, despesas e receitas, os quais devem ser adaptados para que possam atender as necessidades ambientais.

Neste contexto, determina Costa (2012, p. 29):

Pode-se definir contabilidade ambiental como o estudo do patrimônio ambiental, bens, direitos e obrigações ambientais das entidades. Seu objetivo é fornecer ao seus usuários internos e externos, informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, bem como realizar sua identificação, mensuração e evidenciação.

De acordo com Braga (2007), a contabilidade ambiental é de suma importância para o fornecimento de subsídios informacionais que tem por objetivo controlar os impactos ambientais advindos das atividades operacionais das organizações.

A contabilidade ambiental também proporciona inúmeras vantagens para as organizações, dentre as quais cabe ressaltar o melhor controle dos fluxos de energia e materiais reduzindo, desta forma, os custos; melhorar significativamente a imagem da organização perante a sociedade, governo e *stakeholders*, ampliando o número de clientes e, atraindo investimentos internacionais. Contudo, deve-se ressaltar que o

processo de implementação da contabilidade ambiental não é simples.

Conforme destacado por Bergamini Junior (1999) as principais dificuldades enfrentadas pelas organizações na implementação da contabilidade ambiental consistem na inexistência de definições claras sobre custos ambientais e na dificuldade de se determinar e calcular um passivo ambiental efetivo.

2.4.1 Ativo Ambiental

Entende-se por ativo todos os bens ou valores que proporcionem algum benefício para a empresa (MARION, 1995). De acordo com a resolução nº 1.121/08 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) os ativos são recursos controlados pela organização dos quais espera-se obter benefícios econômicos futuros.

No que concerne ao ativo ambiental Carvalho (2008) ressalta que estes podem ser compreendidos como os bens e direitos da organização que estão relacionados a proteção e preservação do meio ambiente de forma a proporcionar no futuro benefícios econômicos para a organização e para a sociedade.

De acordo com o entendimento de Castro (2006, p. 47):

Os ativos ambientais representam os estoques dos insumos, peças e acessórios utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações, etc, adquiridos e/ou produzidos com a intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas usando o desenvolvimento de tecnologias modernas de médio e longo prazos, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes.

Os ativos ambientais, assim como, os ativos tratados pela contabilidade tradicional, podem ser classificados em ativos circulantes e ativos não circulantes. Os ativos ambientais circulantes representam os recebimentos advindos de receitas ambientais enquanto os ativos ambientais não circulantes, representam os investimentos em empresas ecologicamente responsáveis e a aquisição de bens que tem por objetivo a manutenção do gerenciamento ambiental.

2.4.2 Passivo Ambiental

Enquanto o ativo representa os bens e direitos de uma organização, os passivos representam as obrigações que são exigíveis das organizações as quais serão cobradas a partir da data de seu vencimento.

No que tange ao passivo ambiental este é conceituado como as obrigações que a organização contraiu – de maneira voluntária ou não – que são destinadas as ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Para Carvalho (2008) o passivo ambiental é definido como:

[...] as obrigações da entidade decorrentes de danos causados ao meio ambiente, de infrações ambientais ou empréstimos a serem aplicados na área ambiental, que tenham ocorrido no passado ou estejam ocorrendo no presente e que delas decorram entrega futura ou presente de ativos, bem como a prestação de serviços.

Conforme elucidado por Ferreira (2000), para que ocorra o reconhecimento do passivo ambiental, devem ser observados alguns requisitos, sendo estes:

- a) A entidade tem uma obrigação presente legal ou implícita como consequência de um evento passado, que é o uso do meio ambiente (água, solo, ar) ou a geração de resíduos tóxicos.
- b) É provável que recursos sejam exigidos para se liquidar o passivo ambiental, ou seja, a chance de ocorrer a saída de recursos, o que depende de um ou mais eventos futuros, é maior do que a de não ocorrer.
- c) O montante do passivo ambiental envolvido possa ser estimado com suficiente segurança.

Ainda no que tange ao passivo ambiental, cabe ressaltar a dificuldade de sua mensuração, uma vez que esta consiste em avaliar o valor da degradação do ambiente, o qual até o momento é considerado imensurável por ser um recurso de natureza limitada. De posse deste raciocínio, Kraemer (2003) destaca que “[...] se existir dificuldades para estimar seu valor, deverá ser provisionado um valor estimável, registrando os detalhes dessa estimativa em notas explicativas”.

2.4.3 Receita Ambiental

Conforme Ludicibus e Marion (2000) entende-se por receita os acréscimos de benefícios econômicos e os decréscimos de exigibilidades, os quais elevam o patrimônio líquido das organizações.

Enquanto as receitas operacionais estão relacionadas a venda dos produtos comercializados pelas organizações, a receita ambiental está relacionada as atividades de cunho ambiental como, por exemplo, a reciclagem e o reflorestamento.

No entendimento de Tinoco e Kraemer (2008) define-se as receitas ambientais como as receitas oriundas da prestação de serviços relacionados a gestão ambiental dentre os quais destacam-se a venda de produtos elaborados com a sobra de insumos do processo produtivo e a venda de produtos reciclados os quais, além de demonstrar a atuação responsável da empresa junto ao meio ambiente, contribuem para o crescimento de seu faturamento.

2.4.4 CUSTOS E DESPESAS AMBIENTAIS

Os custos e despesas ambientais são os gastos aplicados pela organização no sistema de gerenciamento ambiental e no desenvolvimento de suas atividades ecológicas. Quando aplicados diretamente no desenvolvimento destas atividades, estes gastos são classificados como custos e, quando aplicados indiretamente, são classificados como despesas.

No que tange aos custos, Moura (2003) destaca que sua finalidade consiste em determinar o consumo de recursos e materiais empregados de forma direta no desenvolvimento de atividades de proteção ao meio ambiente. A evidenciação destes custos deve ser realizada de modo indispensável na demonstração de resultado do exercício e complementado por notas explicativas de modo que, oportunize aos gestores a identificação destes custos, para que estes possam adotar ações que visem mitigá-los (COSTA e MARION, 2007; TINOCO e KRAEMER, 2008).

Em relação as despesas, estas são os gastos indiretos relacionados as atividades de proteção ambiental das organizações como, por exemplo, danos ambientais, depreciação de equipamentos, entre outras. Neste entendimento, destaca

Ribeiro (2005, p. 87):

[as despesas ambientais são] todos os gastos envolvidos como o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa. Qualquer empresa necessita dos serviços de um departamento de recursos humanos, ou de compras, financeiro, de recepção e almoxarifado, e essas áreas desenvolvem atividades inerentes à proteção do meio ambiente.

Logo, torna-se evidente que as despesas ambientais são aquelas relacionadas aos gastos para gerenciamento da organização, incluindo as políticas adotadas pela empresa para preservação ambiental e os recursos humanos necessários para o desenvolvimento dos projetos.

2.5 Norma ISO 14001:2015

As normas ISO surgiram após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, tendo como objetivo criar um padrão de manufatura, comércio e comunicação, que visem facilitar o comércio internacional, aumentando a confiança e a eficácia dos bens e serviços.

A norma ISO 14001:2015 estabelece as diretrizes e requisitos que as organizações devem observar para a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) eficaz onde devem ser observados os aspectos legais e o impacto ambiental advindo das atividades desenvolvidas pela organização.

Deve-se ressaltar que a ISO 14001:2015 não obriga as empresas a implementarem o SGA, sendo está uma decisão voluntária por parte da organização. Contudo, são inúmeros os benefícios proporcionados pela implantação do SGA, os quais abrangem além do meio ambiente, a própria empresa.

Ao implementar o SGA a organização pode obter a certificação ISO 14001 a qual além de proporcionar que as organizações desenvolvam práticas sustentáveis em seus negócios, contribuem com o marketing da empresa, uma vez que, melhoram a imagem da empresa no mercado, aumentando sua participação e, atraindo a atenção de potenciais investidores. Além disso, conforme destacado pelo Sebrae (2004) o SGA permite que as organizações reduzam economizem no consumo de matéria prima e melhorem a eficiência de seu processo produtivo.

2.6 NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T 15 foi aprovada pela resolução nº 1003/04 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), entrando em vigor em janeiro de 2006 e tem como principal objetivo evidenciar as informações de natureza social e ambiental, a fim de prestar contas à sociedade sobre o uso dos recursos naturais e humanos (VIEIRA; FARIA, 2007).

Conforme evidenciado pela NBC T 15, entende-se por informações ambientais e sociais aquelas relacionadas a interação da organização como ambiente externo; a interação da organização com o meio ambiente e as informações relacionadas aos recursos humanos e a geração e distribuição de riqueza.

Conforme destacado por Teixeira *et al* (2012) como a NBC T 15 não limita as informações apenas a área contábil, as organizações são livres para divulgar as práticas e procedimentos ambientais bem como, detalhar outras informações que sejam relevantes para a divulgação de suas informações socioambientais.

A divulgação das informações sociais e ambientais visa demonstrar a transparência no que tange aos procedimentos, ações e impactos ambientais gerados pela organização, sendo estes extraídos ou não da contabilidade de acordo com os procedimentos determinados. Cabe ressaltar que tais informações são de responsabilidade técnica de profissional contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) devendo este evidenciar os critérios utilizados a fim de assegurar a integridade das informações.

3. METODOLOGIA

Conforme destacado por Cervo e Bervian (2002) a pesquisa científica pode ser classificada em diferentes tipos, levando em consideração os objetivos determinados pelo pesquisador. Tais classificações demonstram o caminho que está sendo seguido pelo pesquisador para a elaboração de seu estudo, permitindo que outros estudiosos possam efetuar a comprovação dos resultados obtidos (VERGARA, 2005).

A metodologia de pesquisa utilizada para este assunto subdivide-se em uma

pesquisa exploratória e uma pesquisa descritiva. A pesquisa exploratória é desenvolvida, primordialmente, por meio da realização de pesquisas bibliográficas e pela realização de estudo de caso, e permitem que o investigador aumente sua experiência em relação a um determinado problema (CERVO; BERVIAN, 2002). Já a pesquisa descritiva, busca identificar as características de determinadas populações e fenômenos, por meio da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados e ferramentas estatísticas (GIL, 2008).

Para a elaboração deste estudo serão utilizados três procedimentos, sendo estes uma revisão bibliográfica, pesquisa de campo e, de modo complementar, um estudo de caso.

3.1 Revisão bibliográfica

Realizou-se, uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, a qual objetivou evidenciar os principais conceitos e definições sobre a gestão e a contabilidade ambiental.

Foram utilizadas diversas obras literárias sobre o tema a fim de dar maior relevância ao assunto em questão. Também foram abordadas as normas ISO 14001 e a NBC T 15, as quais tratam respectivamente sobre a implantação da gestão ambiental e sobre os procedimentos necessários a implementação da contabilidade ambiental nas organizações.

3.2 Pesquisa de campo

A fim de identificar a percepção das empresas da região do Sul de Minas Gerais no que tange a importância da gestão e da contabilidade ambiental para as organizações, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio de um formulário eletrônico elaborado pelo *Google Forms*.

A pesquisa é composta por 21 questões, das quais, 10 questões buscam auferir o conhecimento da organização quanto a ISO 14001 e a NBC T 15, bem como os benefícios e dificuldades encontradas durante o processo de implementação. Outras 8 questões, estão focadas na avaliação de assertivas, objetivando identificar a

percepção das empresas quanto a importância da gestão e da contabilidade ambiental. Por fim, as 2 questões restantes, buscam identificar se o respondente tem interesse em possuir o resultado desta pesquisa.

Os dados obtidos na pesquisa, foram tratados por meio do Excel e Power BI, onde foram gerados os gráficos utilizados, em momento oportuno, na análise dos resultados obtidos.

3.3 Estudo de caso

De modo complementar, foi efetuado um estudo de caso, tomando por base o escritório contábil “Contábil Moraes”, o qual encontra-se situado no município de Cambuí, Minas Gerais.

O estudo busca identificar quais os procedimentos necessários para a implementação das práticas da contabilidade ambiental no escritório, de modo que este possa fornecer tais serviços a seus clientes e, desta forma, possuir um diferencial competitivo frente a seus concorrentes.

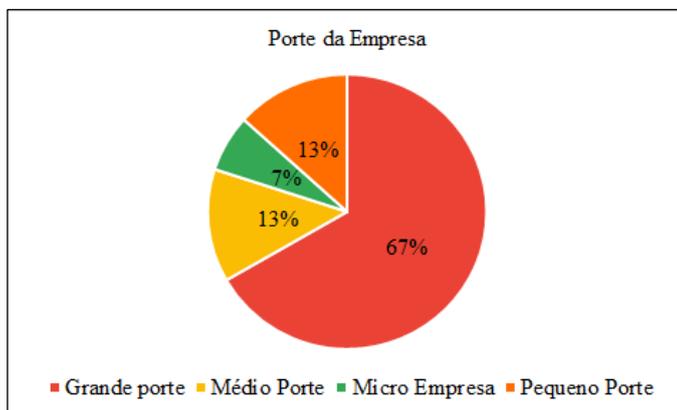
4. Análise dos Resultados

Neste tópico serão apresentados os resultados auferidos pela pesquisa de campo e o estudo de caso realizado.

4.1 Resultado da pesquisa

Inicialmente, buscou-se identificar o porte das empresas participantes desta pesquisa, sendo 66,7% classificadas como empresas de grande porte, 13,3% como empresas de médio e de pequeno porte e 6,7% classificadas como micro empresas (Figura 2).

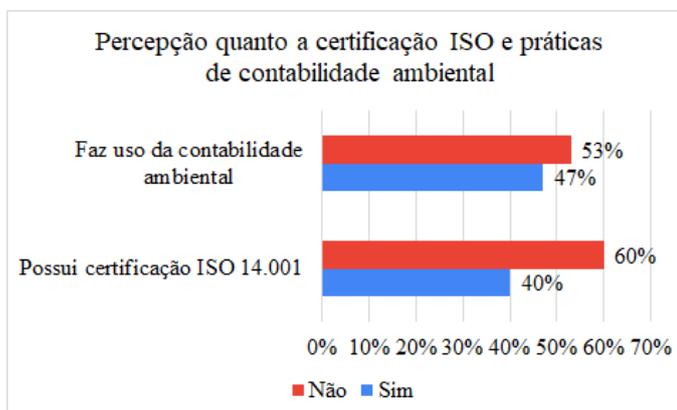
Figura 2 – Porte das empresas



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Destas empresas, 60% não possuem a certificação ISO 14.001 ao passo que, 53% não fazem uso de práticas de contabilidade ambiental. (Figura 3)

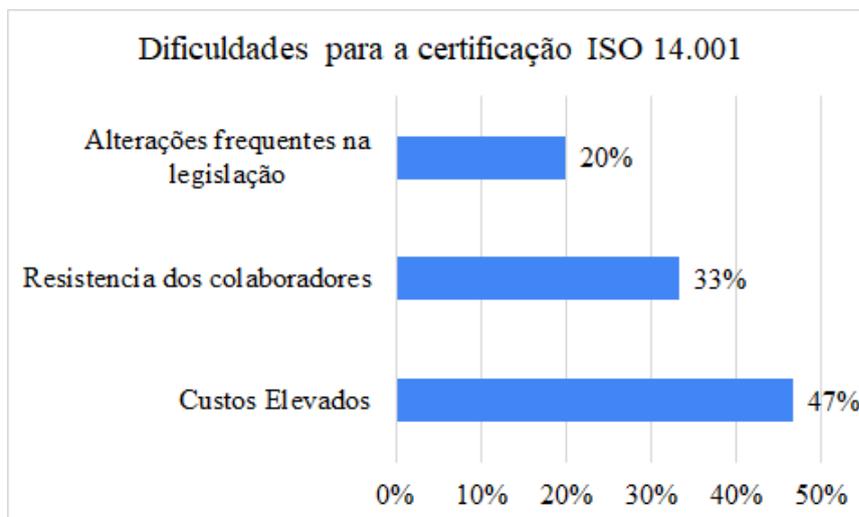
Figura 3 – Percepção quanto a obtenção da certificação ISO 14.001 e a utilização de práticas de contabilidade ambiental



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

As principais dificuldades encontradas para a implementação da ISO 14.001 consistem nos custos elevados (47%), alterações na legislação (20%) e resistência por parte dos colaboradores (33%).

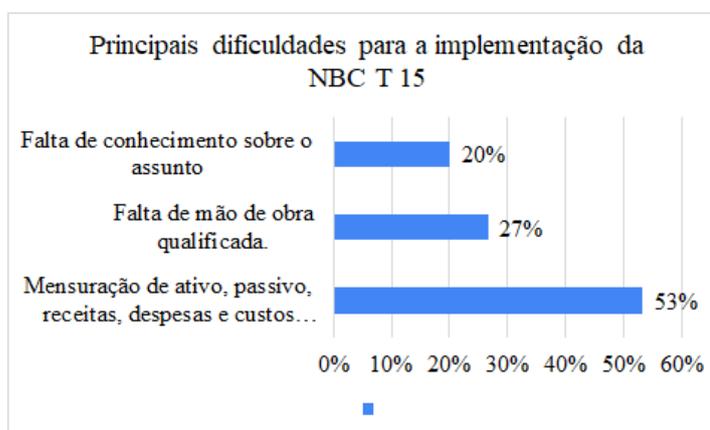
Figura 4 – Principais dificuldades relacionadas a obtenção da certificação ISO 14.001



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

No que concerne a implementação das NBC T 15 que trata sobre as práticas de contabilidade ambiental, identificou-se que as principais dificuldades enfrentadas pela empresa consistem na dificuldade em se mensurar os ativos, passivos, receitas e custos ambientais (53%), em encontrar profissionais qualificados para trabalhar na área (27%) e na falta de conhecimento sobre o assunto (20%).

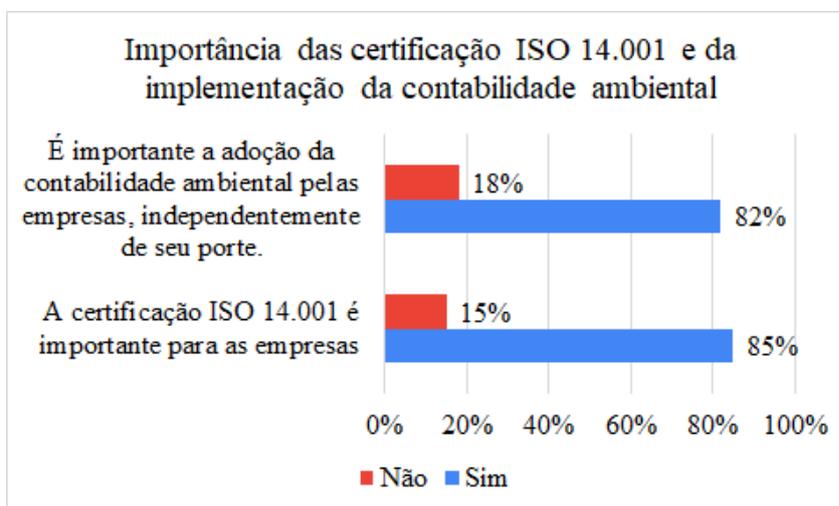
Figura 5 – Dificuldades encontradas para a implementação da contabilidade ambiental



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Embora a maior parte das empresas da região não possuam certificação ambiental, nem utilizem práticas de contabilidade ambiental, estas reconhecem a importância que estas ferramentas tem para as organizações, uma vez que, 85% das empresas consideram a certificação ISO 14.001 de suma importância para a organização e, 82% consideram ser importante que as empresas, independente de seu porte, adotem práticas de contabilidade ambiental conforme pode ser observado na figura 6.

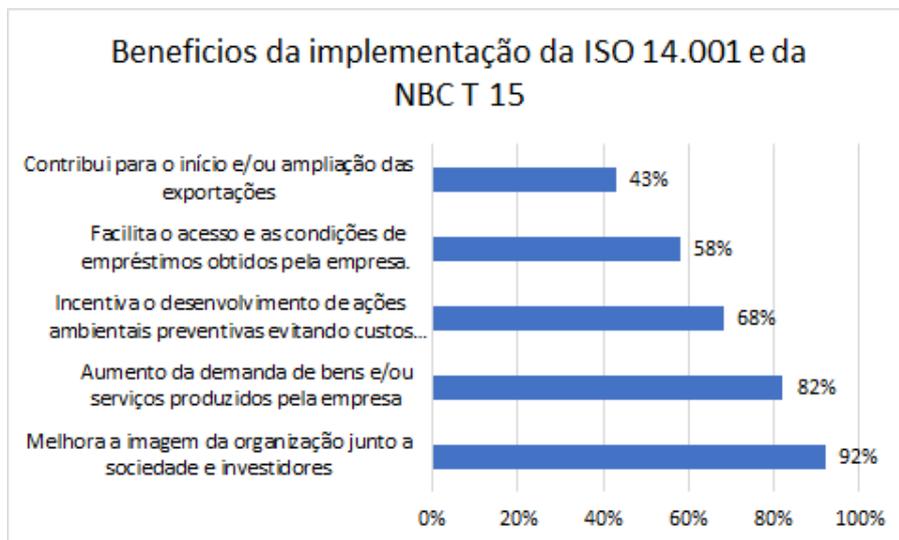
Figura 6 – Importância da certificação ISO 14.001 e da contabilidade ambiental para as empresas



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Este resultado justifica-se ao se analisar os benefícios proporcionados a empresa quando esta possui essas ferramentas de gestão, sendo apontados como principais benefícios a melhora da imagem da organização junto a sociedade e investidores (92%), o aumento da demanda de bens/serviço produzidos pela empresa (82%) e o incentivo a ações ambientais preventivas evitando custos imprevistos (68%).

Figura 7 – Benefícios da certificação ISO 14.001 e da implementação da NBC T 15



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

4.2 Estudo de Caso: implementação NBC T 15

O estudo de caso, foi realizado na empresa Contábil Morais, empresa fundada em 23 de junho de 2007, pelo proprietário Rildo Morais e que se encontra situada na Rua Coronel Lambert, 129, centro, Cambuí, Minas Gerais.

Figura 8 – Fachada da empresa



Fonte: Acervo da empresa.

A empresa possui 250 clientes - os quais atuam nos mais diversos setores, como, por exemplo, comércio e indústria – e 10 colaboradores, sendo 1 contador, 1 encarregado de departamento pessoal, 2 auxiliares de departamento pessoal, 1 encarregado pelo setor contábil/tributário, 2 auxiliares de contabilidade, 1 office boy, 1 recepcionista e 1 auxiliar de limpeza.

A empresa não possui prática com a contabilidade ambiental, sendo assim, o processo de implementação será subdividido em duas etapas, capacitação dos colaboradores, conscientização dos clientes.

A capacitação dos colaboradores teve início no mês de agosto, tendo como investimento o valor de R\$ 2.500,00, e se estendeu até o mês de outubro de 2020. O curso de capacitação ocorreu de forma virtual e abrangeu os principais conceitos sobre contabilidade ambiental, bem como a identificação dos ativos, passivos, receitas, custos e despesas ambientais e sua devida mensuração e apresentação no balanço da empresa.

Para a conscientização dos clientes, foi considerado, em um primeiro momento, as empresas da área industrial – as quais totalizam 50 empresas - sendo realizada uma palestra onde foi abordado os benefícios de se implementar as práticas de contabilidade ambiental na organização.

O resultado proporcionado por estas ações foi uma demanda inicial de 20 empresas – das quais participaram da palestra – tal demanda, irá contribuir com a elevação das receitas do escritório em aproximadamente 10%

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que a sociedade vem se preocupando cada vez mais com a preservação do meio ambiente, fazendo com que, as organizações sejam cada vez mais pressionadas para a adoção de práticas que visem a preservação ambiental.

Por meio deste estudo identificou-se que apenas 40% das empresas da região do Sul de Minas, possuem a certificação ISO 14.001 e, que apenas 47% destas utilizam as práticas de contabilidade ambiental. Tal fator se justifica pela dificuldade enfrentada pelas empresas para a implementação destas ferramentas, onde, pode-se

identificar que os custos elevados para a obtenção da certificação ISO e a dificuldade em se mensurar os ativos e passivos ambientais são os principais empecilhos ao processo de implementação.

De modo positivo pode-se ressaltar que a maior parte das empresas participantes da pesquisa, consideram a certificação ISO (85%) e a implementação da NBC T 15 (82%) como fatores de suma importância para assegurar o sucesso da organização no cenário atual, uma vez que, tais práticas melhoram a imagem da empresa perante a potenciais investidores, elevam a demanda pelos produtos e serviços da organização e facilitam a obtenção de crédito, em melhores condições, junto a instituições financeiras.

Com a realização do estudo de caso, pode-se identificar que não há muitos escritórios contábeis aptos a realizar a contabilidade ambiental, e que esta, tem uma demanda considerável e que, possui um bom potencial de crescimento sendo uma vantagem competitiva tanto para os clientes do escritório – os quais estão sendo mais transparentes em suas ações – quanto para o próprio escritório, visto que o retorno financeiro estimado é satisfatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT NBR ISO 26000 – **Diretrizes sobre Responsabilidade Social**, ABNT, novembro de 2010.

ABNT. **Normas da Série ISO 14000**. NBR ISO 14001. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ANDRADE, Ruy Otavio Bernades; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros. **Gestão Ambiental**- Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Makron Books, 2000.

ASHLEY, Patrícia Almeida et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BERGAMINI JUNIOR. **Custos emergentes na contabilidade ambiental**; Revista Pensar Contábil, ano III – nº 09, agosto/outubro de 2000.

BRAGA, Célia. **Contabilidade ambiental**: ferramenta para gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental**: teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2008.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CFC. **NBC T 15 Informações de Natureza Social e Ambiental**. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003. Acesso

em 30 de set de 2020.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **Contabilidade ambiental** - Mensuração, Evidenciação e Transparência. São Paulo: Atlas, 2012.

COSTA, Rodrigo Simão.; e MARION, Jose Carlos. **A uniformidade na evidenciação das informações ambientais**. R. Cont. Fin. USP. São Paulo. n.43. 2007.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.

FERREIRA, Tadeu. **Temas Contábeis em Destaque Passivo Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2000.

FRANCO, Augusto de. **Somente o desenvolvimento sustentável pode superar a pobreza no Brasil**. In: Revista da Promoção da Saúde. Brasília, ano 1, n. 2, nov/dez, 1999. p 15-18.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2000.

KINLAW, Dennis C. **Empresa Competitiva e Ecológica: desempenho sustentado na Era Ambiental**. São Paulo: Makron Books, 1997.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**, ed: Atlas, São Paulo, 1995.

NORTH, K. **Environmental business management: an introduction**. Genebra: International Labor Office (ILO), 1992.

PEREIRA, C. A. S.; ANTONIO, R. L. **Gestão Ambiental**. Monografia (Graduação em Administração) – UNISALESIANO, Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins, 2006.

RATTNER, Henrique. **Sustentabilidade: uma visão humanista**. In: Ambiente e Sociedade, jul/dec. 1999, n. 5, p. 233-240.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. Editora Saraiva, 2005.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

TEIXEIRA, Conceição de Moura Diniz. SILVA, Ana Paula Ferreira da. PEREIRA, Jairo. **Disclosure Socioambiental conforme as Orientações da NBC T 15**: Um Estudo realizado nas Maiores Empresas de Capital Aberto do Brasil. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3541.pdf Acesso em 30 de set de 2020.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2008.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.